

EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NA ESCOLA: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA A CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES, PERTENCIMENTO E JUSTIÇA SOCIAL



ANTI-RACIST EDUCATION IN SCHOOLS: PEDAGOGICAL PRACTICES FOR BUILDING IDENTITIES, BELONGING, AND SOCIAL JUSTICE

DANIELA JOCIANE SOUZA

Graduada em Licenciatura em Pedagogia. Professora de Educação Infantil. E-mail: daniporeumesma@hotmail.com. Telefone: (16) 99194-8076. Endereço: Rua Manuel Alves dos Santos, 32.

RESUMO

Este artigo discute a educação antirracista como princípio ético, político e pedagógico indispensável à escola brasileira, considerando a necessidade de superar práticas pontuais e folclorizadas em favor de ações permanentes, intencionais e integradas ao currículo. O objetivo é refletir sobre como a escola pode contribuir para a valorização das identidades negras, indígenas e de outros grupos historicamente silenciados, promovendo pertencimento, respeito e justiça social desde a infância. A pesquisa é de natureza qualitativa e bibliográfica, fundamentada em autores que discutem currículo, diversidade, infância, relações étnico-raciais e práticas pedagógicas. O texto aborda o papel da legislação, da formação docente, da literatura, das brincadeiras, das imagens, das narrativas e da escuta das crianças na construção de experiências escolares mais democráticas. Conclui-se que a educação antirracista não é um projeto paralelo, mas uma postura permanente de revisão do cotidiano escolar, capaz de transformar relações, ampliar repertórios culturais e fortalecer a formação humana.

Palavras-chave: Educação Antirracista; Currículo; Identidade; Infância; Prática Pedagógica.

ABSTRACT

This article discusses anti-racist education as an ethical, political, and pedagogical principle essential to Brazilian schools, emphasizing the need to move beyond sporadic, tokenistic, or folklorized practices in favor of permanent, intentional actions integrated into the curriculum. The aim is to reflect on how schools can contribute to valuing Black, Indigenous, and other historically silenced groups' identities, thereby fostering a sense of belonging, respect, and social justice from early childhood. This qualitative, bibliographic study draws on authors who examine curriculum, diversity, childhood, ethnic-racial relations, and pedagogical practices. The text addresses the roles of legislation, teacher training, literature, play, imagery, narratives, and listening to children in constructing more democratic school experiences. It concludes that anti-racist education is not a parallel project but a permanent stance of re-evaluating daily school life—one capable of transforming relationships, broadening cultural repertoires, and strengthening human development.

Keywords: Anti-racist Education; Curriculum; Identity; Childhood; Pedagogical Practice.

INTRODUÇÃO

A escola brasileira carrega, em sua história, marcas profundas de desigualdade social, racial e cultural. Durante muito tempo, os currículos escolares foram organizados a partir de uma visão limitada de humanidade, valorizando determinados sujeitos, saberes e narrativas, enquanto outros grupos eram colocados à margem ou apareciam apenas de forma estereotipada. Nesse cenário, falar de educação antirracista não é modismo, nem pauta passageira. É compromisso básico com uma escola que deseja formar pessoas capazes de reconhecer a dignidade de todos e de todas.

O objetivo deste artigo é discutir a educação antirracista como prática pedagógica permanente, especialmente no contexto da Educação Básica, destacando caminhos possíveis para que professores e professoras atuem na construção de identidades positivas, pertencimento e justiça social. A justificativa do estudo está na urgência de superar ações isoladas, restritas a datas comemorativas, e avançar para um currículo que reconheça a presença africana, afro-brasileira, indígena e popular como parte constitutiva da sociedade brasileira.

O presente trabalho inicia com uma reflexão sobre os fundamentos legais e pedagógicos da educação antirracista. Em seguida, discute o currículo, a formação docente e a importância das representações no cotidiano escolar. Por fim, apresenta possibilidades práticas envolvendo literatura, brincadeiras, rodas de conversa, projetos, registros e participação das famílias, compreendendo que a escola pode ser lugar de reparação simbólica, aprendizagem e esperança concreta.

Metodologicamente, o artigo assume natureza qualitativa e bibliográfica, articulada à reflexão sobre práticas pedagógicas desenvolvidas no cotidiano escolar. Não se trata de apresentar uma receita pronta, mas de organizar fundamentos, possibilidades e cuidados para que a escola transforme intenções em ações concretas. A discussão parte da compreensão de que a docência é um trabalho

intelectual, ético e relacional, no qual o professor observa, escuta, registra, planeja, intervém e replaneja continuamente.

A escolha por uma abordagem qualitativa justifica-se porque os fenômenos educativos não podem ser reduzidos a números ou respostas rápidas. A escola é feita de pessoas, histórias, culturas, conflitos, desejos, linguagens e tempos diferentes. Por isso, pensar a prática pedagógica exige sensibilidade para compreender o contexto e rigor para não abandonar a fundamentação teórica.

EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA COMO COMPROMISSO ÉTICO E PEDAGÓGICO

A educação antirracista parte de uma constatação simples e dura: não basta dizer que todos são iguais quando a experiência social mostra que nem todos são tratados da mesma forma. O racismo não aparece apenas em atitudes explícitas de ofensa. Ele também se manifesta nos silêncios, na ausência de determinadas histórias, na escolha de imagens, nos apelidos naturalizados, na invisibilidade de personagens negros e indígenas nos livros e no modo como a escola distribui expectativas sobre as crianças.

Ser antirracista, no campo educativo, significa assumir uma postura ativa diante dessas desigualdades. A neutralidade, nesse tema, costuma funcionar como manutenção daquilo que já está dado. Quando a escola não problematiza o racismo, ela corre o risco de reproduzi-lo de maneira silenciosa. Por isso, a prática pedagógica precisa ser intencional, planejada e contínua, alcançando desde a organização dos espaços até as escolhas literárias, os brinquedos, as músicas, as datas trabalhadas e as conversas com as crianças.

A legislação brasileira fortalece esse compromisso ao tornar obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena. Entretanto, a existência da lei, sozinha, não muda a escola. A mudança acontece quando a professora transforma a norma em gesto cotidiano, quando seleciona materiais diversos, quando acolhe a fala de uma criança que percebe diferenças, quando corrige uma brincadeira discriminatória e quando oferece referências positivas de diferentes povos, corpos, cabelos, famílias e territórios.

A educação antirracista também exige coragem para olhar para dentro. Muitas vezes, educadores reproduzem expressões, escolhas e expectativas que aprenderam ao longo da vida sem perceber o peso histórico dessas ações. A formação docente precisa abrir espaço para essa revisão, não como culpa paralisante, mas como responsabilidade transformadora. A escola tradicional, quando boa, sempre soube que educar é formar caráter; a escola visionária entende que formar caráter hoje exige enfrentar o racismo com método, afeto e firmeza.

CURRÍCULO, REPRESENTAÇÃO E PERTENCIMENTO

O currículo não é apenas uma lista de conteúdos. Ele comunica valores, define prioridades e revela quais conhecimentos são considerados legítimos. Quando um currículo apresenta majoritariamente personagens brancos, autores europeus, famílias padronizadas e culturas distantes da realidade dos estudantes, ele ensina, ainda que sem dizer, quem ocupa o centro e quem fica na borda.

Essa mensagem é forte, especialmente para as crianças pequenas, que estão construindo imagens sobre si e sobre o mundo.

Na perspectiva antirracista, o currículo precisa ampliar repertórios. Isso significa inserir histórias de intelectuais negros, artistas indígenas, líderes comunitários, mulheres negras, famílias periféricas, saberes de matriz africana, brincadeiras tradicionais, culinárias, músicas, festas, memórias e tecnologias sociais construídas por diferentes povos. A intenção não é trocar uma centralidade por outra, mas mostrar que a humanidade é plural e que o Brasil foi construído por muitas mãos.

A representação importa porque a criança se reconhece também pelo que vê. Uma menina negra que encontra bonecas parecidas com ela, livros com protagonistas negros em situações de alegria, inteligência e aventura, penteados valorizados e adultos atentos à sua fala recebe uma mensagem de pertencimento. Um menino branco que convive com esse repertório aprende que o mundo não gira apenas em torno de sua imagem. Assim, todos ganham: uns fortalecem autoestima; outros aprendem respeito, deslocamento e convivência democrática.

A escola precisa revisar murais, cartazes, músicas, livros, vídeos e brinquedos. Às vezes, a mudança começa pequena, mas não é pequena em efeito. Trocar imagens estereotipadas por fotografias diversas, escolher livros que apresentam crianças negras como protagonistas, valorizar nomes, histórias familiares e territórios de origem são ações que constroem um ambiente mais justo. É no detalhe que a pedagogia mostra sua força; o cotidiano é o chão onde a transformação pisa.

A FORMAÇÃO DOCENTE E A ESCUTA DAS CRIANÇAS

A formação docente é um dos pilares da educação antirracista. Não basta boa vontade. É necessário estudar, ler autores negros e indígenas, conhecer a legislação, problematizar práticas naturalizadas e construir repertório para intervir com segurança. A professora que se prepara amplia sua capacidade de perceber situações que antes passariam despercebidas, como a recusa de uma criança em pegar a mão de outra, a zombaria sobre cabelo, a escolha repetida de personagens brancos como mais bonitos ou a ausência de crianças negras em papéis de destaque nas brincadeiras.

A escuta das crianças também é fundamental. Crianças observam o mundo com atenção e fazem perguntas que os adultos muitas vezes evitam. Quando perguntam sobre cor da pele, cabelo, origem, família ou diferenças corporais, elas não estão automaticamente sendo preconceituosas. Estão tentando compreender o mundo. O papel do adulto é mediar a conversa com respeito, nomeando diferenças sem hierarquizá-las. O problema não está em perceber diferenças; está em transformar diferenças em desigualdade.

As rodas de conversa podem ser espaços potentes para discutir identidade, convivência e respeito. A professora pode propor leituras, imagens, espelhos, autorretratos, fotografias de famílias, músicas e histórias que ajudem o grupo a perceber a beleza das diferenças. Nessas situações, as falas das crianças devem ser registradas como evidências pedagógicas, pois revelam hipóteses, preconceitos aprendidos socialmente, avanços e novas compreensões.

A intervenção docente precisa ser firme e cuidadosa. Quando uma fala racista aparece, a escola não pode fingir que não ouviu. Também não deve expor a criança de forma humilhante. É preciso interromper a violência, proteger quem foi atingido e transformar a situação em aprendizagem coletiva, sem passar pano. A escola não é tribunal, mas também não é terra sem lei. Educar exige ternura e limite; os dois juntos, como café bom e pão quente.

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS ANTIRRACISTAS NO COTIDIANO ESCOLAR

As práticas pedagógicas antirracistas podem atravessar diferentes linguagens. Na literatura, é possível selecionar obras com protagonistas negros, indígenas e de diferentes territórios, evitando que esses personagens apareçam apenas em narrativas de sofrimento. É importante apresentar histórias de cotidiano, aventura, humor, afeto, ciência, família, ancestralidade e imaginação. A criança precisa ver sujeitos diversos vivendo a vida inteira, não apenas sendo lembrados em novembro.

Nas artes, as crianças podem explorar tons de pele, texturas de cabelo, grafismos indígenas, tecidos africanos, máscaras, instrumentos, cores e símbolos, sempre com contextualização e respeito. Não se trata de fantasia vazia, mas de apreciação cultural mediada. O professor precisa evitar apropriações superficiais e apresentar os elementos como expressões de povos, histórias e saberes. A beleza está no encontro, não no consumo apressado de signos culturais.

Nas brincadeiras, a escola pode valorizar jogos tradicionais de matriz africana, cantigas, rodas, parlendas, brincadeiras de território e memórias das famílias. Ao convidar familiares para contar histórias, ensinar brincadeiras ou compartilhar saberes, a escola reconhece que o conhecimento não mora apenas nos livros. Ele também mora nas mãos das avós, na cozinha, no quintal, no bairro, no terreiro, na rua e nas histórias que atravessam gerações.

Os projetos pedagógicos são caminhos fortes para integrar essas ações. Um projeto sobre identidade pode incluir autorretratos, nomes, histórias familiares e diferentes tons de pele. Um projeto sobre natureza pode discutir plantas medicinais, sementes, alimentação, agricultura tradicional e saberes indígenas e africanos sobre o cuidado com a terra. Um projeto de música pode apresentar ritmos brasileiros e suas matrizes culturais. Assim, a educação antirracista deixa de ser um cartaz bonito e passa a respirar dentro da rotina.

Outro ponto essencial é a organização dos espaços. Bonecas negras, livros diversos, imagens de famílias plurais, instrumentos musicais, tecidos, mapas, fotografias e produções das crianças devem compor o ambiente. A sala de aula educa mesmo quando ninguém está falando. Uma parede vazia de diversidade ensina ausência; uma parede viva, plural e respeitosa ensina pertencimento.

FAMÍLIA, TERRITÓRIO E COMUNIDADE

A educação antirracista se fortalece quando a escola dialoga com as famílias e com o território. Muitas famílias carregam memórias de discriminação escolar e podem desconfiar das instituições. Outras talvez nunca tenham discutido o tema de forma aberta. Por isso, a escola precisa construir uma comunicação respeitosa, explicando que trabalhar relações étnico-raciais não significa dividir crianças, mas ensinar convivência, respeito e cidadania.

O território também educa. Bairros, praças, feiras, bibliotecas, centros culturais, movimentos sociais e histórias locais podem entrar no currículo como fontes de conhecimento. A escola que olha para o território reconhece que as crianças não chegam vazias: elas trazem falares, experiências, músicas, crenças, modos de cuidar e repertórios familiares. Valorizar isso é romper com a ideia de que a escola civiliza o aluno. A escola aprende com a comunidade enquanto ensina.

Em projetos escolares, as famílias podem ser convidadas a compartilhar fotografias, receitas, histórias de infância, brincadeiras antigas, músicas, trajetórias migratórias e memórias de luta. Essas contribuições aproximam a escola da vida real e ajudam as crianças a perceber que suas famílias têm saberes importantes. O pertencimento nasce quando a criança sente que sua história não precisa ficar do lado de fora do portão.

LITERATURA, IMAGENS E BRINQUEDOS NA CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES

A construção de uma educação antirracista passa, de modo concreto, pelos materiais que circulam na escola. Livros, brinquedos, imagens, músicas, vídeos, cartazes e objetos pedagógicos comunicam às crianças quais histórias merecem ser contadas e quais corpos são reconhecidos como belos, inteligentes e protagonistas. Por isso, a seleção desses materiais não pode ser tratada como detalhe decorativo. Ela é parte do currículo vivido.

Na Educação Infantil, essa dimensão ganha ainda mais força, pois a criança pequena aprende pela experiência, pela observação, pela repetição, pela brincadeira e pela relação afetiva com o mundo. Quando encontra bonecas negras, livros com personagens indígenas, imagens de famílias diversas, artistas negros, cientistas mulheres e lideranças comunitárias, ela amplia suas referências de humanidade. Quando esses elementos não aparecem, a ausência também ensina, e ensina de forma dura.

A literatura infantil é um caminho potente para romper silenciamentos. Histórias com protagonistas negros e indígenas, narrativas de diferentes territórios, contos africanos, produções de autores brasileiros diversos e livros que valorizam cabelos, nomes, memórias familiares e ancestralidades ajudam a criança a perceber que o mundo é plural. A mediação da professora, nesse contexto, precisa acolher perguntas, promover conversas e evitar explicações simplistas.

Também é necessário revisar práticas antigas que ainda sobrevivem na escola como se fossem inofensivas. Pintar rostos de crianças para representar povos, associar culturas africanas apenas à escravidão, limitar a presença indígena ao mês de abril ou trabalhar consciência negra apenas em novembro são escolhas pedagógicas insuficientes. A educação antirracista exige continuidade, profundidade e respeito.

Os brinquedos e as brincadeiras também carregam sentidos. Jogos de matriz africana, cantigas de diferentes regiões, brincadeiras tradicionais das famílias e experiências corporais coletivas podem fortalecer pertencimento e convivência. O essencial é que essas práticas sejam apresentadas como conhecimento legítimo, e não como curiosidade exótica. A escola precisa ensinar diversidade sem transformar pessoas em enfeite. Isso é básico, mas ainda é revolucionário.

GESTÃO ESCOLAR, PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO E CONTINUIDADE

Para que a educação antirracista não dependa apenas da iniciativa individual de uma professora, ela precisa estar presente no Projeto Político-Pedagógico da escola. O compromisso antirracista deve orientar planejamento, formação continuada, escolha de materiais, organização dos espaços, relação com as famílias, avaliação institucional e acompanhamento das práticas. Quando esse compromisso fica apenas no discurso, ele se perde na correria da rotina.

A gestão escolar tem papel decisivo nesse processo. Cabe à equipe gestora criar condições para o estudo coletivo, promover espaços de escuta, acolher denúncias de discriminação, garantir diversidade nos acervos e acompanhar se as ações estão acontecendo durante todo o ano. Não se trata de fiscalizar a prática docente de modo punitivo, mas de construir uma cultura institucional comprometida com justiça social.

A formação continuada precisa superar palestras isoladas. É necessário ler textos, analisar situações reais, observar materiais usados pelas turmas, revisar registros, discutir falas das crianças e construir intervenções coletivas. A mudança acontece quando o estudo chega ao chão da escola e altera o modo de planejar, falar, ouvir, brincar e avaliar. Formação que não muda prática vira protocolo bonito, daqueles que ficam na gaveta pegando poeira.

Outro ponto importante é a participação das famílias. Muitas famílias negras, indígenas, migrantes e periféricas já enfrentaram experiências escolares marcadas por preconceito ou invisibilidade. Ao abrir espaço para suas histórias, memórias, saberes e expectativas, a escola fortalece vínculos e reconhece que a comunidade também produz conhecimento. Essa aproximação deve ser feita com respeito, sem exposição indevida e sem transformar vivências pessoais em espetáculo.

A continuidade é a chave. Um currículo antirracista se constrói todos os dias, nas escolhas pequenas e grandes: no livro lido na roda, na forma de intervir diante de uma fala discriminatória, na imagem colocada no mural, na música cantada, na festa planejada, na escuta de uma criança que se sente excluída. É no cotidiano que a escola mostra o que realmente defende.

AValiação PEDAGÓGICA E REGISTRO DAS PRÁTICAS ANTIRRACISTAS

A avaliação de práticas antirracistas na escola não deve se limitar à verificação de atividades realizadas em uma data específica. É preciso observar se as crianças ampliam vocabulários, reconhecem diferentes pertencimentos, convivem com mais respeito e demonstram abertura para escutar histórias e experiências diversas. Esses avanços aparecem em falas, brincadeiras, desenhos, escolhas de livros e interações cotidianas.

O registro pedagógico ajuda a tornar visível esse percurso. Fotografias, relatos de rodas de conversa, falas das crianças, produções artísticas e anotações da professora permitem acompanhar mudanças no grupo e planejar novas intervenções. Registrar não é apenas guardar evidências para arquivo. É pensar sobre a prática, perceber lacunas e decidir próximos passos com responsabilidade.

Também é importante avaliar os materiais e espaços da escola. O acervo literário representa diferentes povos? Os murais mostram crianças negras, indígenas e famílias plurais? As propostas

valorizam a cultura do território? As intervenções docentes enfrentam preconceitos quando eles aparecem? Essas perguntas ajudam a transformar a avaliação em instrumento de melhoria coletiva.

A criança pequena aprende muito pela repetição e pela coerência do ambiente. Por isso, uma prática isolada pode sensibilizar, mas não sustenta mudança profunda. A avaliação precisa verificar se o compromisso antirracista atravessa o planejamento anual, os projetos, as festas, as leituras, as brincadeiras e a relação com as famílias.

Nesse sentido, avaliar é também reafirmar que a educação antirracista não é moda, tema paralelo ou exigência burocrática. É parte da qualidade social da educação. Uma escola que não enfrenta o racismo entrega uma formação incompleta. Duro, mas verdadeiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação antirracista é um compromisso permanente com a dignidade humana. Ela exige estudo, planejamento, escuta e coragem para rever práticas que, muitas vezes, foram naturalizadas pela tradição escolar. O artigo mostrou que enfrentar o racismo na escola não se resume a cumprir uma data ou realizar uma atividade isolada. Trata-se de reorganizar o olhar pedagógico para que currículo, espaços, materiais, relações e projetos comuniquem respeito e pertencimento.

As discussões apresentadas indicam que práticas antirracistas podem acontecer por meio da literatura, das artes, das brincadeiras, das rodas de conversa, dos projetos interdisciplinares, da participação das famílias e da valorização dos territórios. Quando a escola assume essa tarefa, ela contribui para que crianças negras, indígenas e de diferentes origens construam imagens positivas de si, enquanto todas as crianças aprendem a conviver com a pluralidade.

Conclui-se que uma escola antirracista não nasce pronta. Ela é construída todos os dias, nos detalhes e nas grandes decisões. É uma estrada de aprendizagem contínua, feita de revisão, reparação e esperança. Como toda boa estrada da docência, pede passos firmes, olhos atentos e coração aberto para que nenhuma criança precise diminuir sua história para caber na escola.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394/1996 para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira. Brasília, DF, 2003.
- BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394/1996 para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Brasília, DF, 2008.
- BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF: MEC, 2018.
- BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, DF: MEC, 2010.
- GOMES, Nilma Lino. O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Vozes, 2017.
- MUNANGA, Kabengele. Superando o racismo na escola. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2005.
- RIBEIRO, Djamila. Pequeno manual antirracista. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil. Educação, Porto Alegre, v. 30, n. 3, p. 489-506, 2007.

VYGOTSKY, Lev Semionovitch. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

WALSH, Catherine. Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial. In: CANDAU, Vera Maria (org.). Educação intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009.